

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI N. 47/2018, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2019 EM ATENDIMENTO AO ART. 48, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/2000, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2018**

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, no Plenário “Vereador João Raposo Rezende Filho”, da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se às **dezenove horas e trinta minutos**, o Presidente Almir Roberto Cicote (Cicote), o qual presidirá esta audiência; o Sr. José Cláudio Simões, Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; e a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André, e a Sra. Tania Maria Geannaccini, Assessora de Gabinete na Secretaria de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André. O Presidente Almir Roberto Cicote (Cicote) dá início à audiência pública e passa a palavra a Sra. Tania Maria Geannaccini faça a exposição. A Sra. Tania Maria Geannaccini inicia a exibição de *Powerpoint* explicando que o Projeto de Lei 47/2018, que versa sobre a proposta orçamentária do Município de Santo André para o exercício de 2019. Em seguida diz que a LOA é uma lei anual, que traz, de forma detalhada, as prioridades a serem executadas para o ano de 2019. Em seguida faz resumo detalhado das informações orçamentárias do Município de Santo André. A Sra. Tania Maria Geannaccini encerra sua apresentação e coloca-se à disposição para os questionamentos. Em seguida o Vereador Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes) fala que houve previsão de receitas efetivadas no ano passado com base no ano de 2018, gostaria de saber qual a previsão da efetivação do que realmente vão entrar até 12 de 2018 tanto para receitas de capital como das correntes, qual seria previsão de fechamento para 2018, no que o Executivo se compromete a fornecer posterior, pois tem efetivado até setembro, uma prévia até outubro e estimativa de novembro e dezembro. Em seguida registra que houve previsão no ano passado de R\$2 bilhões e 600 milhões, acredita que esse número não será alcançado, como não foi alcançado em 2018 e ainda teve aumento de mais de R\$3 bilhões de previsão. O Vereador Eduardo Marchiori Leite da Silva (Eduardo Leite) fala que a Peça Orçamentária é um documento muito difícil de interpretar, é um exercício muito complicado, principalmente para quem não atua diariamente na área de finanças. Portanto, essa audiência pública foi idealizada com propósito de permitir a transparência e a participação da população nas discussões a respeito do orçamento da cidade e que para atender seu propósito, senão tiver um documento mais acessível, mais didático para que possa acompanhar, opinar e esclarecer as dúvidas terá dificuldades de encontrar eventuais dúvidas sobre a Peça Orçamentária municipal. A Vereadora Elian Saraiva Barbosa de

Santana (Elian) reitera as considerações do Vereador Eduardo Leite, de que é muito difícil a interpretação da Peça Orçamentária. Em seguida registra que tem R\$1 milhão, 905 mil destinados à FAISA, e como já foi extinta quer saber o porquê desse valor. Gostaria de saber por que foram destinados R\$54 milhões ao Hospital da Mulher, sendo orçamento menor relativo ao ano passado. Em seguida, pergunta do porquê para a área da Saúde Bucal está zerado no orçamento. O Vereador Pedro Luiz Mattos Silva Botaro (Pedrinho Botaro) fala que comparou com o orçamento de 2018 e na Secretaria de Cidadania e Assistência Social, que está prevendo arrecadação menor, houve cortes em algumas áreas, outras nem tanto, mas que a Secretaria de Assistência Social está reduzindo de R\$50 milhões e 89 mil para R\$41 milhões e 214 mil. Em seguida registra que tem compromisso do Prefeito Paulo Serra de não haver cortes nos convênios, como é o caso do JEDA. Acerca do Hospital da Mulher recebeu informações que tinha havido corte consideravelmente em relação ao ano passado, porém, dentro da Peça Orçamentária observou que no ano passado foi R\$44 milhões e 300 mil e a previsão para este ano o custo é de R\$55 milhões. O Sr. José Cláudio Simões informa que na previsão da receita, na elaboração da LOA 2019 tomou-se muito cuidado em relação à questão da previsão de receita, que foi feita de forma mais realista, comprando o ICMS, as receitas externas, tem um ligeiro aumento no ISS, IPTU, recadastramento e correção da inflação. A Sra. Rosimary de Moraes Silveira diz que sabem da dificuldade de interpretar a Peça Orçamentária, mas ela é feita em cima do que é obrigatório pela Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas, Lei 4.320 e a Constituição Federal, portanto, são obrigados a colocar essas tabelas dessa forma, são anexos pré-estabelecidos, pois depois são gerados arquivos XML que são enviados para o Tribunal, depois são analisados pelos Ministérios da Saúde, da Educação e tem de ser dessa forma. Informa em seguida que a FAISA não está extinta, basicamente as despesas dela são com pessoal, principalmente médicos, que são mais de 600 que são contratados da FAISA. Hoje tem o Sistema Único de Saúde e não tem mais o viés de atender só crianças, como era antigamente, mas os funcionários ainda existem, estão contratados. O Hospital da Mulher havia investimentos previstos externos em 2018 que não ocorrerão em 2019, portanto, isso representa uma redução, mas toda a gestão será mantida, não há redução. Fala ainda que as reduções que existem na Secretaria de Cidadania também se refere a recursos externos, portanto, o que vem sendo feito há anos é aproximar as receitas e forçar as áreas a responder se o recurso ou o determinados convênios realmente serão firmados, mas que independentemente disso tem recursos externos que têm de ser previstos. Registra que a Caixa Econômica é um órgão que exige a previsão orçamentária como uma das etapas a serem cumpridas para analisar o pedido de financiamento, o BID está aqui, tem o financiamento novo, que é o Educar, está prevista também e alguns outros convênios e os que não iriam entrar ou que estavam com valor um pouco maior foram ajustados também. O Sr. José Cláudio Simões responde que os convênios com recursos próprios serão mantidos, que a diferença são recursos externos. O Vereador Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes) fala que no orçamento do ano passado tinha repasse para as

entidades da ordem de R\$15 milhões, mas que esses valores foram reduzidos para o orçamento de 2019, o receio é que tendo em vista a redução e o compromisso do Prefeito Paulo Serra que as entidades não teriam nenhum corte, se os valores que foram provisionados são suficientes para manter o que as entidades vêm recebendo. Dando prosseguimento, o Sr. José Cláudio Simões informa que será mantido, se houver necessidade de fazer algum ajuste será feito. O Vereador Almir Roberto Cicote (Cicote) fala do debate na Câmara sobre a elevada quantia repassada ao Consórcio Intermunicipal e que no Orçamento 2019 foi reduzido drasticamente esse repasse. Registra também que as emendas que os Vereadores apresentam, principalmente para as entidades assistenciais, na maioria das vezes elas não são cumpridas, e havendo esse corte dificilmente será possível manter essas emendas parlamentares para contribuir, subsidiar as entidades. Pergunta se esse corte não influenciará mais ainda o déficit com relação às entidades, haja vista que não terá oportunidade de fazer o aporte através das emendas. A Sra. Rosimary de Moraes Silveira informa que as emendas que estavam previstas em 2018 encerram-se em 2018, não são reproduzidas para 2019, eram emendas específicas para entidades específicas. O Sr. José Cláudio Simões registra que conversou com o Sr. Donizeti Pereira para verificar possibilidade de parte dos recursos das emendas serem destinadas também para as entidades. O Vereador Jobert Alexandrino (Professor Minhoca) faz sugestões no sentido de otimizar a Peça Orçamentária para que seja detalhada cada verba destinada aos programas e serviços no Município de Santo André. O Sr. Donizeti Pereira explica que a arrecadação do município, bem como os recursos externos têm destinação prevista em lei, o restante tem de ser analisado cada área que necessita de recursos mais urgentes. O Vereador Rodolfo Silva Donetti (Rodolfo Donetti) pergunta se há previsão, e qual valor, para aumento do funcionalismo público, das reclassificações, na Peça Orçamentária de 2019. O Sr. José Cláudio Simões informa que o que está previsto para 2019 é 2,57%, que é o acordo feito em 2017, dividido entre os anos de 2018 e 2019 e não há previsão de reclassificação, no entanto está sendo realizado estudos pela Secretaria de Administração e ao longo da execução orçamentária, se o Governo avaliar possível, faz-se as adequações. O Sr. Marcos Heredia, representando a categoria dos motoristas, fala que o Prefeito se comprometeu com os motoristas em proceder à reclassificação da categoria no ano de 2019. O Sr. Durval fala que a previsão de 2.57% é acordo de 2017, portanto, não está prevista a reposição anual para 2019, fora a reclassificação que diversas categorias estiveram presentes na Casa reivindicando reclassificação. O Sr. Marcos sugere que além do que é regimental para feitura da Peça Orçamentária, que o Executivo transforme em planilha de Excel e deixe à disposição todo esse material para que possa ser transformada em informação estratégia de fácil leitura. Acerca do ISS/ISQN, está previsto para 2019 arrecadação de R\$445 milhões, aumento de 44,6% e gostaria que fosse explicado como funciona, uma vez que parece que o ISS para o próximo ano aumentará em 44,6%. O Sr. José Cláudio Simões informa que não está prevista reclassificação, está sendo feito estudo da curva salarial. Acerca do ISS/ISQN, a TIM trouxe uma unidade do Parque Tecnológico do Rio de Janeiro

para Santo André e além do que estava previsto, deve ser arrecado entorno de R\$80 milhões só com a TIM e a CVC está trazendo uma unidade de São Paulo para Santo André. O Sr. Felipe, representando o Grupo Cívico, fala do alerta que vem sendo feito desde 2014 sobre a diferença da receita orçada e executada e esse tipo de diferença vai de encontro ao primeiro item da Lei de Responsabilidade Fiscal, das previsões de receitas. Finalizando sua explanação pergunta se terá déficit fiscal no ano de 2018 e sugere que para uma próxima audiência tivesse resumo da lei para que os municípios pudessem acompanhar de forma mais simples para entender e participar e expor suas dúvidas. A Sra. Maria Inês solicita que na próxima audiência seja dada mais publicidade para que mais municípios possam participar. Em seguida fala que representa a política de assistência social, também defende a política pública de assistência social e quando há corte nessa área e solicita seja atendida a Constituição para priorizar a política de assistência social para atender as crianças e adolescentes no Município de Santo André. O Sr. José Cláudio Simões informa que boa parte do recurso para assistência social, essa diferença entre 2018 e 2019, trata-se de recursos externos do Governo Estadual e Federal que depende de captações. O Sr. Rodrigo, representando o Sindicato, fala também da dificuldade de entendimento da Peça Orçamentária, pois em outras administrações a Prefeitura realizava as reuniões do Orçamento Participativo. Em seguida fala que houve aumento um pouco de recurso de educação, mas 90% vai de recurso do Fundeb para pagamento da folha salarial, mas esse recurso não vai para pagamento, por exemplo, de motoristas que estão à disposição da área. Acerca da reclassificação, e redução de jornada especial plano de carreira tem várias categorias com essa reivindicação e não tem nada de concreto para entrar no próximo orçamento. Acerca da venda de imóveis prevista, pergunta se tem algum desses terrenos que pertença aos servidores públicos municipais. A Sra. Rosimary de Moraes Silveira explica que o Fundeb não é suficiente pagar toda a folha de pagamento, sendo complementada boa parte da folha pelo Tesouro. O Sr. José Cláudio Simões informa que não tem nenhuma área do Instituto na relação a ser disponibilizada para venda. O Presidente Almir Roberto Cicote (Cicote) agradece a presença e declara encerrada a audiência pública, às **vinte horas e quarenta e seis minutos**, da qual, eu, Adriana Montealto Carneiro, Assistente de Taquigrafia e Atas, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente da Casa, pelo Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André, pela Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA, pela Assessora de Gabinete na Secretaria de Gestão Financeira da PMSA e pelo Gerente de Orçamento e Finanças da CMSA.

ALMIR ROBERTO CICOTE (CICOTE)

Presidente da CMSA

**JOSÉ CLÁUDIO SIMÕES**  
Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André

**OSMAR DE ALMEIDA**  
Gerente de Orçamento e Finanças da CMSA

**ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA**  
Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA

**TANIA MARIA GENNACCINI**  
Assessora de Gabinete na Secretaria de Gestão Financeira da PMSA